



ABERTURA SOLENE ANO ACADÉMICO 2014.2015
DOUTORAMENTOS HONORIS CAUSA

Discurso do Reitor
Prof. Doutor António Fidalgo

Abertura Solene das Aulas 2014-2015 e Cerimónia da Atribuição do Doutoramento Honoris Causa a Prof. Carlos Salema, Comendador Paulo de Oliveira e Eng. Zeinal Bava

21 de Outubro de 2014

A abertura solene do ano lectivo de 2014-2015 na UBI é marcada pelos doutoramentos *honoris causa* aos Senhores Prof. Carlos Salema, Comendador Paulo de Oliveira e Eng. Zeinal Bava. São personalidades que obtiveram no percurso de vida, em empreendimentos feitos e obra realizada, um reconhecimento e um louvor públicos a que a UBI se associa, acolhendo-os no colégio dos seus doutores.

Sabemos que a vida é a primeira e principal escola da formação humana, e que nessa escola uns se distinguem mais que outros. A universidade, enquanto instituição superior de formação humana, cultural, científica e tecnológica, não pode viver desligada da escola primeira e universal que é a vida, na multiplicidade e diversidades das suas facetas, das ciências às artes e dos negócios aos lazeres. Sendo uma instituição do saber, reconhece que a vida contempla muitos saberes que vão para além de salas de aula, bibliotecas e laboratórios. Mas ainda que efectivamente limitada no universo dos saberes, é vocação da universidade ser ilimitada na ambição de conhecer e reconhecer todos os saberes, experiências e competências que compõem a vida humana e de, na medida do possível, de lhes atribuir o justo mérito e de honrar “aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando”.

A concessão de graus académicos por causas honoríficas é, mais do que direito e prerrogativa da universidade, seu dever e sua obrigação. Deixem-me demonstrar, ainda que brevemente esta afirmação.

A relação entre a universidade e a vida é, repito, a de um conhecimento por natureza limitado e a de uma ambição ilimitada de conhecer. É isso mesmo que Immanuel Kant escreve com todas as letras na primeira frase da *Crítica da Razão Pura*: “A razão humana possui o singular destino de se ver atormentada por questões que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.” Ora são justamente essas questões inevitáveis e irrespondíveis pela razão que determinam e pautam a vida humana: que posso

saber, que devo fazer e que me é permitido esperar (na formulação do próprio Kant). De facto, apesar da universidade ser a casa da razão científica ela não é capaz de responder às questões mais profundas do ser humano e que de uma ou outra forma condicionam o seu existir e a sua acção. Será que existe Deus? Será que o homem é verdadeiramente livre? Será que é imortal? Segundo Kant, a ciência não sabe responder a estas questões, e nunca o saberá. Esta é uma posição muito diferente da defendida por René Descartes. O filósofo francês considerava o espírito humano capaz de responder a todas as questões devidamente formuladas. Condição era seguir o método matemático de abordar as questões com toda a clareza e de proceder a todas as necessárias distinções. É assim que no seu livro o *Discurso do Método* faz a demonstração por $a + b$ de que Deus existe e de que a alma é imortal. Segundo Descartes, tudo o que se sabe pode e deve saber-se cientificamente, pelo que nada há na vida que não possa ser tratado, conhecido e respondido dentro da universidade. No mundo ideal cartesiano, razão e vida coincidiriam e o homem, feito cientista, poderia vencer todas as doenças e aspirar a uma vida ilimitada.

As consequências práticas destas duas posições não poderiam deixar de ser muito diferentes. A metáfora que Kant usa ao iniciar a segunda parte da *Crítica da Razão Pura* é extremamente elucidativa. Diz ele que se considerarmos o conjunto de todo o conhecimento da razão pura como um edifício, a primeira parte da Crítica serviu para avaliarmos os materiais que estavam à nossa disposição e para determinar para que tipo de edifício, altura e solidez seriam suficientes. A ideia inicial era a de construir uma torre que chegasse ao céu, mas a provisão de materiais mal chegou para uma casa de habitação, sólida e confortável. Portanto, em vez de nos arriscarmos a projectos arbitrários e cegos, que talvez pudessem ultrapassar todos os nossos recursos, e dado que não podemos renunciar à construção de uma habitação digna, o que temos de fazer é orçamentar um edifício, de acordo com os materiais que temos, e ao mesmo tempo proporcionado às nossas necessidades. A metáfora de Kant é bem elucidativa do espírito burguês. O cerne da ideologia burguesa está todo nesta metáfora com que Kant explicita a filosofia crítica. Antes de mais, verificar aquilo que efectivamente temos à nossa disposição e, depois, abalançarmo-nos apenas a obras que estejam ao nosso alcance, isto é, que não excedam as nossas posses. Ou seja, para tudo temos de fazer contas e, sobretudo, viver de acordo com o temos. Tudo o mais são sonhos e devaneios de uma razão insaciável, mas pouco crítica.

Ora a crítica da razão é justamente tornar a razão razoável. E isso, em termos burgueses, é não ir, pensar ou viver acima das reais possibilidades.

Ao invés, a consequência prática da filosofia cartesiana, é a de que não há limites à razão humana e de que, portanto, podemos e devemos realizar mesmo o que nos parece impossível. O slogan de Maio de 68 de “Soyez realiste, demandez l’impossible...” é claramente de índole cartesiana, mas nunca poderia ser uma palavra de ordem mobilizadora nos países burgueses do centro e norte europeus, filhos de Lutero e de Kant. Talvez com este recurso às diferenças entre Descartes e Kant sobre os limites da razão e do conhecimento possamos melhor compreender as incompreensões e os desencontros entre os países do Norte e os do Sul da União Europeia. Lá no Norte vive-se moderadamente porque o que se tem não dá para tudo, cá no Sul gostamos de gastar o que não temos para fazer boa figura.

A universidade humboldiana que serviu de referência às universidades contemporâneas é filha da filosofia crítica kantiana. (A excepção que confirma a teoria aqui exposta é justamente a criação das *Grandes Écoles* em França.) A liberdade de ensinar e aprender que caracteriza a universidade humboldiana é acompanhada por uma enorme sobriedade de propósitos e de acção. Em nenhuma universidade se pede o impossível, muito menos nas universidades portuguesas, em particular nas circunstâncias actuais.

Temos, assim, a universidade consciente dos seus limites. É justamente essa consciência que a obriga a reconhecer a imensidão da vida e as inúmeras questões que ela levanta e a que não pode dar resposta. Ora é justamente esta consciência que a obriga a homenagear os que dentro e fora dela vão além do expectável no contributo que dão à sociedade. Num doutoramento *honoris causa* a universidade reconhece que a causa dessa honra lhe é externa. O reconhecimento é feito pela universidade, mas a causa e com ela o mérito são todos de quem o recebe o doutoramento. Com isso, reconhecendo os seus limites e homenageando o que a transcende a universidade também se enobrece.

2- Sem pretender fazer o elogio dos doutorandos, o que cabe aos padrinhos e o farão muito melhor do que eu o poderia alguma vez fazer, deixem-me em breves palavras agradecer o terem aceite receberem o grau de doutor *honoris causa* pela UBI.

O Prof. Carlos Salema é um dos mais distintos professores e investigadores portugueses na área das telecomunicações. Fundador e presidente do IT – Instituto de

Telecomunicações contribuiu decisivamente na promoção da ciência em Portugal e também na UBI, que tem 20 doutorados integrados no IT. O Sr. Prof. Salema fez parte da Comissão que em 2008 redigiu os novos Estatutos da UBI e foi, entre 2009 e 2013, o Presidente do primeiro Conselho Geral da UBI. Foi por proposta do Reitor Prof. João Queiroz que a UBI deliberou em Abril de 2013 atribuir-lhe o doutoramento *honoris causa*.

O Sr. Comendador Paulo de Oliveira encarna hoje melhor do que ninguém a indústria têxtil que marcou a história e ainda marca o presente da Covilhã. A cidade fabril cantada por Amália Rodrigues na bela canção de *Covilhã, Cidade Neve*,

De manhã quando te levantas
Que briosa vais para o tear
E os hermínios tu encantas
Vestem lã para te namorar,

continua a ser uma realidade nas fábricas do grupo Paulo de Oliveira. Mais ainda, Paulo de Oliveira é também o exemplo do cidadão empenhado na vida social e política da cidade e do país. Quando o empreendedorismo é visto como a saída para as presentes dificuldades económicas de Portugal, o Sr. Comendador Paulo Oliveira é exemplo a seguir.

O Sr. Eng. Zeinal Bava é o português cosmopolita, das sete partidas do mundo, à conquista do mundo. Engenheiro de formação, gestor de profissão, é acima de tudo um homem de visão, capaz de antecipar e de influenciar o futuro. A universalização da fibra óptica pelos lares portugueses, o serviço integrado Meo, a primeira oferta de teraplay, a aposta decidida no *cloud computing*, são realidades insofismáveis da história da Portugal Telecom, e que a tornaram uma referência mundial de inovação tecnológica. A UBI orgulha-se de ter assinado com a PT em 9 de Junho de 2014, representada então pelo seu CEO Eng. Zeinal Bava, um forte acordo de parceria no âmbito das novas tecnologias, parceria que começa já a dar os seus frutos e muitos mais tem para dar.

3- Minhas senhoras e meus senhores. O início de um novo ano lectivo é sempre marcado pelos resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, ou seja, pelo preenchimento das vagas postas a concurso. De facto, havendo mais vagas do que candidatos nos últimos anos, a captação de alunos tem sido a preocupação primeira das universidades e politécnicos do Interior de Portugal. É a própria sustentabilidade das instituições que está em jogo. A UBI tem revelado ao longo dos anos uma resiliência notável

e a taxa de preenchimento tem sido elevada, rondando os 80% nos últimos anos na 1ª fase do CNA, percentagem que depois sobe significativamente nas outras fases. Convém lembrar que em 2000 essa taxa foi de 60%, que, graças à abertura de novos cursos nas áreas das artes e da saúde, passou para 70% em 2001 e 2002, que desceu para 63% em 2005 e em 2008, 2009 e 2010 esteve acima dos 90%. Tem havido uma agilidade na adequação da oferta à procura, um aumento da qualidade científica e pedagógica e um esforço notável por parte dos departamentos e dos núcleos da Associação Académica na atracção de novos estudantes. Por isso, estou-lhes muito agradecido.

Mas é inegável que temos problemas que nos ultrapassam, nomeadamente os candidatos a cursos de engenharia e de ciências. Isso tem a ver com a formação nos ensinos básico e secundário. É preciso que aí os alunos voltem a estudar matemática, física e química como disciplinas fundamentais na formação cultural e científica da sociedade portuguesa. De pequenino se torce o pepino, e é nos escalões iniciais da educação escolar que tem de ser desenvolvido o cultivo do estudo e o espírito de exigência imprescindíveis para o aproveitamento das disciplinas específicas de matemática e física no secundário que dão acesso aos cursos de engenharia. Por outro lado, é preocupante que a percentagem de jovens entre os 15 e os 29 anos que nem estudam nem trabalham atinja 17%, como refere o recente relatório da OCDE *Education at a Glance*. Enquanto noutros países o desemprego jovem levou a uma maior procura do ensino superior, em Portugal tem havido um retrocesso; em 2005 havia 12,9% que nem estudavam nem trabalhavam e agora temos mais 4%, de 12,9 para 17%, nessa desgraçada inactividade de nem ... nem.

Não basta fazer análises, é preciso agir. Com o objectivo de fomentar o gosto pelas ciências duras no secundário, a UBI em parceria com as escolas secundárias da Cova da Beira irá desenvolver um programa de excelência na formação dos alunos de matemática, física e química. Queremos que essas escolas tenham os melhores alunos nacionais nessas disciplinas. Para isso formaremos uma jovem academia das ciências, em que os melhores alunos das escolas secundárias nessas disciplinas virão para a UBI um dia inteiro por semana para aqui serem envolvidos num ambiente académico intenso, assumindo a universidade os custos com o seu estudo aqui, incluindo as refeições.

Muito louvável é a iniciativa “Mais Superior” da Secretaria de Estado de Ensino Superior de criar bolsas de estudo para estudantes que optem pelas universidades e politécnicos do interior. Uma boa ideia sim, mas infelizmente mal implementada. Em vez de

deixar ao critério das próprias instituições por que cursos essas bolsas deveriam ser distribuídas, no nosso caso 80 bolsas, houve apenas o critério da classificação dos alunos. No nosso caso, essas bolsas não trouxeram mais alunos, foram quase na totalidade para alunos de cursos que não quem qualquer dificuldade no preenchimento das suas vagas.

Também é de referir muito positivamente a política de internacionalização do ensino superior português levada a cabo pela tutela no último ano. O Estatuto do Estudante Internacional, as bolsas de estudo para o efeito criadas, a parceria com a AICEP, a iniciativa “Study in Portugal” são instrumentos importantes na promoção do ensino superior português além-fronteiras e na captação de novos alunos.

4- Este início de ano lectivo também está a ser marcado pela avaliação das unidades de investigação inscritas na FCT e conduzida pela European Science Foundation, iniciada no início de 2014 e a finalizar, em princípio, no final do ano. Desde o início, a avaliação tem sido vivamente contestada por várias entidades, nomeadamente pelo CRUP que, logo a seguir à divulgação dos primeiros resultados, em reunião de 14 de Maio com o Presidente da FCT, Prof. Miguel Seabra, mostrou a sua preocupação por uma avaliação polémica e fortemente perturbadora do sistema científico tal como se desenvolveu ao longo de quase 20 anos. Posteriormente, os resultados da 1ª fase da avaliação, com metade das unidades de investigação a não passarem à segunda fase de avaliação, e a ficarem, portanto, tolhidas no financiamento, o que levaria de facto à sua liquidação, sofreram generalizada crítica. A publicação do contrato entre a FCT e a European Science Foundation veio deitar achas na fogueira ao revelar que à partida metade das unidades não passaria à segunda fase. De facto, é parte integrante do contrato que o número de unidades a avaliar na 2ª fase é de 163, das 323 iniciais, custando a primeira fase da avaliação 202.602 euros e a 2ª fase 109.592 euros.

Face a classificações incompreensíveis de centros que em anteriores avaliações tinham tido uma classificação de excelente ou de muito bom, e que nos anos decorridos tinham melhorado todos os indicadores de produtividade científica, e que agora eram impedidos de passar à 2ª fase, alguns até com a classificação de *Fair*, o CRUP reuniu com a Secretária de Estado da Ciência em 19 de Julho, tendo dessa reunião saído um memorando em que o Plenário do CRUP considerava essencial que passassem à segunda fase de avaliação, as unidades de investigação que tivessem sido classificadas com Excelente ou

Muito Bom na anterior avaliação de unidades de investigação; ou então obtido na primeira fase da presente avaliação de 2014 a classificação de 14. É sabido que a tutela não aceitou a proposta do CRUP. Em vez disso, a FCT anunciou a criação de um Fundo de Reestruturação para as unidades com Bom, com o intuito de corrigirem lacunas a tempo de uma avaliação intercalar que terá lugar em 2017. (Considero prova acabada que este Fundo de Reestruturação é a admissão tácita de que ao contrário do que foi dito a avaliação não era robusta, isto é, capaz de emendar a mão e corrigir os erros detectados, e mais não serve do que tentar calar as muitas vozes de protesto e o mal estar criado na comunidade científica nacional)

Hoje é consensual que a presente avaliação das unidades de investigação está gravemente ferida na sua credibilidade. O recente eleito presidente do CRUP, Prof. António Cunha da Universidade do Minho, declarou publicamente que, ao excluir metade das unidades de investigação do financiamento público, a avaliação causará graves danos ao sistema científico nacional. Acresce que esta avaliação, a chegar ao fim, revela-se extremamente perniciosa para as universidades do Interior. A existência de segundos e terceiros ciclos em múltiplas áreas, as candidaturas a bolsas de estudo e a projectos ficarão comprometidas pela menor número de unidades de investigação. É lamentável que uma avaliação circunstancial possa pôr em causa o sistema de ensino superior determinado pela instâncias competentes, nomeadamente pela Assembleia da República.

4- Minhas senhoras e meus senhores, caros professores, funcionários e alunos da UBI, Os tempos difíceis que vivemos em Portugal e na Europa, a pesada dívida pública, a crise económica que se arrasta há vários anos, o desemprego de parte da população, com especial incidência na população jovem, são motivos de preocupação e deles temos perfeita consciência. Não os ignoramos. Porém, os erros do passado, que agora pagamos e continuaremos a pagar, estão feitos. De pouco vale chorar sobre o leite derramado. Irresponsável será sim não aprendermos com eles. O que importa é com serenidade, determinação e confiança olharmos o futuro e o construirmos agora no presente, fazendo desde já o que tem de ser feito, sem tibiezas e procrastinações.

Enquanto portugueses e universitários temos todas as condições para vencer os desafios de um mundo globalizado. Portugal é um país com uma identidade forte de 9 séculos de história. Fizemo-nos nação a partir de um pequeno condado não longe do cabo

Finis Terrae, e daí descobrimos e conquistámos o mundo, deixámos a nossa língua e cultura pelas diferentes partes do globo, tivemos épocas de glória e tempos de apagada e vil tristeza, e aqui continuamos na mesma terra, no nosso rectângulo à beira mar plantado, com os nossos usos e costumes. Temos enquanto povo uma identidade bem definida, sabemos bem quem somos, temos um território com fronteiras perfeitamente estabelecidas, integramos o espaço lusófono de mais de 250 milhões de habitantes, com recursos humanos e naturais invejáveis, somos parte da União Europeia, um dos espaços de mais bem estar no mundo, gozamos de uma segurança interna e externa como poucos outros países. Basta de queixumes. No mundo actual, a situação em que nos encontramos é privilegiada. Depende de nós arregaçar mangas, resolver os problemas e construirmos uma sociedade mais livre, mais equitativa e mais fraterna.

A UBI é a todos os títulos o exemplo de superação contínua de dificuldades. Há 40 anos que estamos deste lado da Serra e cá continuaremos com a mesma força e determinação por tempo indeterminado. Somos a universidade portuguesa mais sub-financiada, crónica e escandalosamente sub-financiada. Do montante global do Orçamento de Estado destinado ao Ensino Superior a UBI, segundo a recente fórmula de financiamento, fórmula elaborada pela tutela com o contributo das universidades e politécnicos, deveria receber 2,91%. Pois fiquem sabendo que em 2013 recebeu apenas 2,30%. Ou seja, a UBI deveria receber mais 26% do que aquilo que efectivamente recebe para chegar à média do financiamento nacional. A explicação desta discrepância é o famigerado histórico do financiamento; ou seja, o financiamento actual é ditado pelo financiamento havido nos anos anteriores. Acima disso ainda temos cativações orçamentais, que em 2013 representou meio milhão de euros, cativações que outras instituições superiores sem sub-financiamento crónico não tiveram.

Na UBI não vivemos acima das nossas possibilidades. Lutamos com dificuldades enormes, temos falta de pessoal docente e não docente, e, usando um plebeísmo forte, os cortes efectuados chegaram ao osso. Será isso, porém, razão para desanimarmos ou nos queixarmos? Nem pensar. Não só sabemos o que valemos, como seguimos o ditado popular de que “mais vale merecer do que ter, do que ter sem merecer”, e que Camões no Canto IX dos Lusíadas transcreve da seguinte maneira:

Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão à gente:
Melhor é merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem os merecer.

Não significa isto de modo algum que abdicuemos do que seja do que temos direito. Mas, reivindicando o que é justo e equitativo, anima-nos a consciência de que cumprimos o nosso dever de bem ensinar e investigar, de que cumprimos o nosso dever de, antes de tudo o mais, prosseguir a missão mais nobre de uma universidade: a formação humana, cultural, científica e tecnológica de uma geração que engrandeça Portugal, o projecte e o distinga no seio dos povos mais desenvolvidos. Seguimos também aqui Kant de que, mais do que os direitos, são os deveres que verdadeiramente caracterizam o que é humano. Cumprindo esses deveres alçamo-nos a um patamar superior da existência em que a vida mais do que determinada por necessidades é guiada e preenchida por valores.

A esperança de um mundo melhor, de uma sociedade mais justa, é mote e motivo de início de ano lectivo. Mas será uma esperança sem sentido se não for alimentada por uma inabalável determinação de mais estudo, melhor preparação de aulas, investigação mais intensa, colaboração mais forte e franca. Determinação essa que terá de radicar necessariamente num forte sentido de dever.

Reconhecendo com humildade as nossas limitações, homenageando os que na vida se distinguiram e nos dão o exemplo de como ir mais longe, reafirmamos o compromisso de sermos uma universidade mais forte e coesa.